



*Au service
des peuples
et des nations*

TERMOS DE REFERÊNCIA

Estudo sobre o Exercício da Cidadania em Saúde em Cabo Verde

1. Enquadramento

.O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, vem apoiando o país, em parceria com a Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, CNDHC, na promoção e proteção dos direitos humanos, contribuindo para o empoderamento da população em geral e dos cidadãos enquanto detentores de direitos humanos pela disseminação do conteúdo dos direitos fundamentais salvaguardados na Constituição da Republica de Cabo Verde e nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos ratificados por Cabo Verde. Da mesma forma, a CNDHC vem alertando em permanência as entidades publicas e privadas pelo dever de garantir serviços aos cidadãos protegendo os seus direitos humanos, sensibilizando e formando os agentes.

O Direito à saúde, como reconhecido no artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), estabelece que todos os seres humanos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a saúde e o bem-estar, designadamente, a cuidados médicos. Na mesma senda, o artigo 12.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos Sociais e Culturais (PIDESC) reconhece o direito de cada pessoa a disfrutar do mais elevado nível de saúde física e mental. A Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, reitera este direito, nos termos do seu artigo 16.º.

Na linha do 3.º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos em todas as idades", as



*Au service
des peuples
et des nations*

Nações Unidas têm vindo a advogar a criação das condições necessárias para atingir a cobertura universal de saúde, reduzir a taxa de mortalidade infantil e materna e acabar com as epidemias, entre outros objetivos específicos.

O direito à saúde nos termos do artigo 71.º da Constituição da República de Cabo Verde, é realizado através de uma rede adequada de serviços de saúde e pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que promovam e facilitem a melhoria da qualidade de vida das populações. Neste sentido, a política de saúde obedece aos princípios por que se rege o Serviço Nacional de Saúde, designadamente a universalidade de acesso aos serviços em todos os níveis de assistência sanitária; a solidariedade de todos na garantia do direito à saúde e na contribuição para o financiamento dos cuidados de saúde; a equitativa distribuição dos recursos e na utilização dos serviços; a salvaguarda da dignidade humana e a preservação da integridade física e moral dos utentes e prestadores; a salvaguarda da ética e deontologia profissionais na prestação de serviços.

Nos últimos anos têm-se observado muitos progressos no âmbito da implementação do Direito à Saúde no Estado de Cabo Verde: em 2015, a mortalidade infantil foi reduzida para 15,3, aproximando-se da meta de 14 para 1000 pessoas proposta pelos ODM para esse ano; assistimos ao alargamento do plano nacional de vacinação, bem como à implementação de campanhas de promoção do aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses, que em muito contribuíram para a melhoria dos cuidados materno-infantis; e em 2016, Cabo Verde foi declarado livre da poliomielite.

Não obstante, no II Relatório Nacional de Direitos Humanos, foi assinalada a insuficiência das infraestruturas, recursos e serviços de saúde; o acesso diferenciado aos serviços de saúde nas diferentes regiões, nomeadamente as problemáticas associadas às evacuações inter-ilhas e para Portugal; a precariedade dos atendimentos realizados nos serviços de saúde; os custos dos serviços e saúde; a morosidade e qualidade dos cuidados de urgência; o



*Au service
des peuples
et des nations*

fornecimento de medicamentos; a falta de equipas multidisciplinares e de equipamentos que permitam o desempenho das suas funções.

Da mesma forma pretende-se que seja abordada a temática da saúde sexual e reprodutiva na adolescência e disponibilidade de serviços de planeamento familiar; a prevenção e promoção da saúde das crianças e o recurso a medicamentos adequados; a conceção acerca do comportamento familiar desejado e os seus reflexos na saúde da criança; a situação das crianças ao abrigo das modalidades alternativas de cuidados nos centros e famílias de acolhimento, a disponibilidade e recurso aos mecanismos de queixas confidenciais; a saúde do trabalhador, tendo em conta o ambiente de trabalho, no sentido de melhor compreender a dinâmica e condicionantes do processo de saúde-doença.

As problemáticas elencadas têm vindo a ser abordadas pela CNDHC, mormente no que diz respeito: ao acesso à saúde; às evacuações inter-ilhas e para Portugal; à aplicação de taxas moderadoras e respetivas isenções; ao exercício da cidadania e saúde, particularmente no que toca ao acesso da população mais vulnerável a estes serviços - pessoas com deficiência, crianças e pessoas com doença mental.

A implementação do direito à saúde em Cabo Verde enfrenta muitos desafios, que justificam a premência da auscultação da situação no país. O país tem adotado orientações a nível do direito da saúde merecedores de análise, de entre os quais se destacam:

- Política Nacional da Saúde (PNS 2020);
- II Plano Nacional de Ação para os direitos Humanos e a Cidadania (2017-2022);
- Plano Nacional de Alimentação e Nutrição 2015-2020;
- Programa do Governo e Moção de Confiança 2016-2021;
- Relatório Estatístico 2017 – Ministério da Saúde e da Segurança Social da República de Cabo Verde.



*Au service
des peuples
et des nations*

Além da análise das políticas e planos existentes, na realização do presente estudo deverão também ser consideradas as notícias veiculadas na comunicação social, as informações recolhidas junto dos organismos públicos e da sociedade civil, bem como os esclarecimentos prestados pelas autoridades, em encontros de trabalho para recolha de dados, tendo como ponto de partida a análise crítica dos seguintes documentos:

- II Relatório Nacional de Direitos Humanos;
- Recomendações e conclusões endereçadas a Cabo Verde no âmbito do último Exame Periódico Universal, datado de 2018;
- Relatórios paralelos da CNDHC e organizações da sociedade civil;
- Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos;
- Convenção dos Direitos da Criança;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres.

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Elaborar o Estudo sobre a situação da efetivação do direito à saúde em Cabo Verde, bem como a conformidade com a legislação nacional e diretivas internacionais neste domínio.

2.2. Objetivos específicos

- Analisar as medidas legislativas, administrativas de políticas públicas ou de outra natureza, colocadas em prática, com relevância para o Direito à Saúde;



*Au service
des peuples
et des nations*

- Diagnosticar as obrigações e metas que se encontram por cumprir no âmbito dos tratados internacionais e regionais de direitos humanos de que Cabo Verde é parte, das metas e objetivos propostos para o país;
- Recolher, junto dos principais organismos governamentais e da sociedade civil, dados estatísticos e informações pertinentes para a avaliação da realização do direito à saúde;
- Elencar as denúncias que têm vindo a ser feitas, bem como as situações sinalizadas como atentatórias deste direito fundamental, que podem consubstanciar uma violação do direito à saúde;
- Analisar as temáticas sinalizadas, tendo por medida o exercício da cidadania em saúde;
- Elaborar recomendações sobre medidas e políticas públicas de saúde a adotar com vista à efetivação do direito à saúde no país.

3. Metodologia de trabalho

O consultor apresenta ao comité de seguimento da consultoria, de que fazem parte o PNUD e CNDHC, um plano de trabalho e uma proposta de índice do estudo para aprovação.

O consultor deverá trabalhar em estreita articulação com a CNDHC, responsável pela coordenação e realização das sessões de trabalho presencial para efeito de acompanhamento de trabalhos.

Para a elaboração do estudo em apreço, a equipa deverá ter em consideração as informações constantes nos vários relatórios sobre a implementação das convenções internacionais de direitos humanos.

A metodologia de trabalho inclui:

- 3.1.** Uma revisão documental abrangente das diretivas internacionais no domínio do direito à saúde, dos estudos produzidos no país, da produção



*Au service
des peuples
et des nations*

legislativa, documentos de política governamental, projetos e programas implementados ou em fase de implementação, assim como informações estatísticas ou de outra índole;

- 3.2.** Organização de Grupos Focais e entrevistas **com dirigentes de instituições-chave** para a implementação da proposta e discussões com organizações, grupos e pessoas chave que visam promover o direito ao acesso à saúde de grupos vulneráveis. Para tal, um conjunto de instrumentos que permitam aos dirigentes de instituições-chave governamentais e não-governamentais avaliar o estado **de integração da promoção do direito ao acesso à saúde e universalização do acesso** e identificar as fraquezas e forças, devem ser elaborados.

A aplicação desta metodologia deve permitir uma análise da situação do acesso à saúde no país que explore:

- a.** O quadro regulamentar e legal;
- b.** O quadro político e estratégico necessário para analisar o engajamento quanto à promoção do direito ao acesso à saúde no país, com especial enfoque nos grupos vulneráveis;
- c.** A integração da abordagem de direitos humanos, incluindo a avaliação do estado de priorização na agenda pública e nos diferentes níveis de gestão e de atuação, assim como ter uma visão das assimetrias regionais, sociais e económicas;

4. Duração

A duração do contrato é para 30 dias úteis com início a 20 de Setembro de 2019 a 31 de Outubro



Au service
des peuples
et des nations

5. Resultado esperado

Estudo sobre o Exercício da Cidadania em Saúde em Cabo Verde realizado e aprovado.

6. PRODUTOS DA CONSULTORIA

Os principais produtos esperados são:

- 6.1.** Diagnóstico da situação da efetivação do direito à saúde em Cabo Verde, o grau de priorização e integração do tema na agenda e nas políticas públicas de desenvolvimento nacional, assim como a nível dos setores;
 - 6.2.** Recomendações sobre medidas e políticas públicas de saúde a adotar com vista a efetivação do direito à saúde no país;
 - 6.3.** Apresentação do *draft* do Estudo no(s) *atelier(s)* de socialização e integração das recomendações.
- 6.3.1. Entrega da versão final do estudo

7. PERFIL REQUIRIDO DO CONSULTOR

Esta consultoria deve ser levada à cabo por um consultor cujo perfil deverá reunir os seguintes requisitos:

- 7.1.** Formação superior (mínimo o grau de Mestrado em Direito, Ciências Sociais ou Políticas Públicas ou áreas afins;
- 7.2.** Ter experiência relevante na área dos Direitos Humanos, Direitos da pessoa com Deficiência, Convenções internacionais. Experiência em questões de abordagem género;
- 7.3.** Ter experiência em planificação, definição, seguimento e/ou avaliação de políticas públicas com especial ênfase nas políticas sociais;



*Au service
des peuples
et des nations*

- 7.4.** Ter um bom conhecimento da legislação cabo-verdiana e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, do qual o Estado é parte. Assim como, do sistema nacional de produção de dados, de elaboração das políticas públicas e estratégias nacionais;
- 7.5.** Domínio da língua portuguesa; conhecimento das línguas inglesa ou francesa para consulta documental
- 7.6.** Excelentes competências de facilitação e de comunicação para conduzir as discussões dos grupos focais e entrevistas a informantes-chave, e para o registo e análise dos resultados;
- 7.7.** Disponibilidade para se deslocar em visitas de terreno.

Vale realçar que, esta é uma consultoria nacional.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONSULTOR

- 8.1.** O Consultor deverá promover encontros intersectoriais, nomeadamente com Organizações Governamentais, Não-governamentais e Representantes da Sociedade Civil que intervêm na área da deficiência, com vista à auscultação e recolha de informações e dados que se mostrarem pertinentes para a elaboração do Estudo;
- 8.2.** Elaborar o Estudo com base nas informações recolhidas, e discutir com o PNUD e a CNDHC e os diferentes parceiros a proposta a apresentar;
- 8.3.** Articular permanentemente com o PNUD a CNDHC e o Comité de Seguimento, para o devido acompanhamento da evolução dos trabalhos;



Au service
des peuples
et des nations

- 8.4.** Fazer a apresentação da proposta para discussão e validação do *draft* em *ateliês* ou outros eventos promovidos pela CNDHC acordados com o PNUD, em data a acordar, onde deverão ser recolhidos subsídios para a melhoria das propostas relativas à elaboração do *Estudo sobre o Exercício da Cidadania em Saúde em Cabo Verde*;
- 8.5.** Socializar as novas propostas do Estudo, absorvendo os contributos saídos dos *ateliês*, e apresentá-lo num Seminário ou outro evento promovido pela CNDHC, sempre que convocado, em data a acordar, onde deverão ser recolhidos outros subsídios para a melhoria do documento do *Estudo sobre o Exercício da Cidadania em Saúde em Cabo Verde*;
- 8.6.** O Consultor é responsável pela completa produção e refinamento da proposta do *Estudo sobre o exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde*, até à sua aprovação final;
- 8.7.** O consultor deverá apresentar um calendário de atividades e a metodologia de trabalho, que será objeto de negociação e aprovação pelo PNUD, CNDHC e o Comité de Seguimento do Estudo.

9. PROPOSTAS TÉCNICA E FINANCEIRA

O consultor apresentará a proposta técnica de acordo com os TdR e a proposta financeira. A proposta financeira em Lump Sum deverá incluir os honorários e todas as despesas inerentes a esta consultoria.

O pagamento está estritamente vinculado aos produtos apresentados e validados conforme descrito no quadro abaixo:





*Au service
des peuples
et des nations*

Quadro 1: Produtos e Pagamentos

RESPONSABILIDADES E TAREFAS	PRODUTOS ASSOCIADOS	PAGAMENTOS
Assinatura do Contrato		
Tarefa 1: Consolidação final do Plano e da Metodologia de trabalho do Consultor	1. Plano de Trabalho do Consultor consolidado e aprovado pelo Comité de Seguimento.	20%
Tarefa 2: Elaboração do Relatório de Diagnóstico sobre a situação do exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde, e do quadro regulamentar no país	2. Relatório diagnóstico sobre a situação do exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde. 3. Relatório diagnóstico sobre o quadro regulamentar e a integração das políticas no exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde, especialmente nos setores elencados (evacuações internas e externas, ...), bem como a conformidade com a legislação nacional e diretivas internacionais neste domínio. 4. Proposta de recomendações sobre medidas e políticas públicas de saúde a adotar com vista à efetivação do direito à saúde no país.	
Tarefa 3: Elaboração da proposta do Estudo sobre o exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde	5. Draft do Estudo sobre o Exercício da Cidadania em Saúde em Cabo Verde, aprovado pelo Comité de Seguimento.	40% com a aprovação do <i>draft</i> do Estudo socializado nos ateliêr(s)



Au service
des peuples
et des nations

Tarefa 4: Validação técnica das propostas apresentadas/draft	6. Ateliêr(s) de socialização do Estudo	
Tarefa 5: Incorporação dos <i>inputs</i> do(s) ateliêr(s) de socialização e comentários do Comité de Seguimento	7. Relatório final do Estudo sobre o exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde, validado	40%

Os produtos desta consultoria serão da propriedade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD e disponibilizado ao Governo de Cabo Verde e à Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania

10. ARRANJOS E SEGUIMENTO

O PNUD será responsável pela gestão global do contrato, a fim de assegurar que a consultoria seja realizada de acordo com o plano de trabalho nos termos do contrato.

A Supervisão da consultoria é feita pelo PNUD em coordenação Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania que aprovam os produtos da consultoria. No processo de elaboração e aprovação do estudo outras instituições serão envolvidas.

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), dentro das suas possibilidades, fornecerá toda a informação de planeamento tido como relevante para o contexto de trabalho, como planos e relatórios, e de contactos, tais como endereços, correio eletrónico e números de telefone necessários. A CNDHC, em articulação com as ou os especialistas nacionais, garantirá a organização logística dos *ateliêr(s)* de socialização do Estudo.



*Au service
des peuples
et des nations*

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS CONSULTORES NACIONAIS

As candidaturas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

- Análise curricular do consultor - 40 pontos
- Qualidade da proposta técnica e sua adequação aos termos de Referência - 30 pontos
- Proposta Financeira - 30 pontos

12. PROCESSO DE CANDIDATURA

Os consultores interessados devem submeter candidatura ao Escritório Conjunto do PNUD, UNFPA e UNICEF, no endereço eletrônico: procurement.cv@cv.jo.un.org até o dia 17 de Setembro 2019-23 horas e 59 minutos hora local (Cabo Verde).

Processos de candidatura incompletos ou candidaturas recebidas após a data e hora acima referidos não serão aceites

O processo de candidatura deve incluir os seguintes elementos:

1. Confirmação de interesse
2. Currículo Vitae, que deve incluir as qualificações, experiência e especialização detalhada.
3. P.11 formulário preenchido (anexo).
4. Uma proposta técnica com a descrição clara da metodologia e precisão sobre a organização e gestão do trabalho, procedimentos, ferramentas e tarefas a realiza e cronograma de atividades

Aprovado por:

Nome: Elisabete Mendes

Função: Gestora do programa Governação, Administração Publica e Justiça

Data: 02/08/2019